



História e memória na série de reportagens “As crianças e a tortura”¹

CARDOSO, Luisa Rita² (Mestranda)
Universidade do Estado de Santa Catarina/SC

Resumo: Exibida em junho de 2013, a série de reportagens *As crianças e a tortura*, produzida pela TV Record, traz, em seus cinco episódios, entrevistas com filhos e filhas de presos políticos da ditadura civil-militar que tiveram sua infância tocada pela tortura, seja as suas ou a de seus genitores. Entende-se que tal produção se insere em um contexto de demanda social da sociedade brasileira em entender e superar os traumas causados pelo regime instalado no país em 1964 e está, enquanto fonte documental, dentro do campo da história do tempo presente, que se ocupa dos acontecimentos cujos desdobramentos se dão ainda em nosso tempo. As reportagens mencionadas trazem a público as memórias daqueles e daquelas que passaram pela repressão do regime quando ainda criança, produzindo uma versão sobre o passado sem, contudo, utilizar-se dos fundamentos dos estudos históricos. Assim, compreende-se que *As crianças e a tortura* podem ser trazidas à historiografia a partir da noção de cultura histórica.

Palavras-chave: fonte audiovisual; ditadura civil-militar; memória; história; cultura histórica.

“A mais cruel das estratégias de tortura - o uso de crianças e até bebês de colo para arrancar informações de pais que já tinham sofrido todo tipo de violência nos porões da ditadura”³. É assim que Adriana Araújo, apresentadora do Jornal da Record, introduz a série de reportagens *As crianças e a tortura*, que foi ao ar em junho de 2013 naquela emissora de televisão. Dividida em 5 capítulos, a série foi apresentada durante o “principal jornalístico” da emissora, que vai ao ar de segunda à sexta-feira às 20h40 e aos sábados às 19h45⁴, tendo, inclusive, sido vencedora na categoria telejornalismo de uma importante premiação do país⁵. Sob liderança do jornalista Luiz Carlos Azenha, a

- 1 Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Audiovisual e Visual., integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.
- 2 Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), especialização em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, Portugal. Atualmente é mestranda em História também pela UDESC e desenvolve pesquisa na área da ditadura civil-militar. Para maiores informações, ver: < <http://lattes.cnpq.br/3381290931050608> >.
- 3 AZENHA, Luiz Carlos. *As crianças e a tortura*. **Jornal da Record**. 10/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.
- 4 Conheça a equipe que faz o Jornal da Record. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/conheca-a-equipe-que-faz-o-jornal-da-record-12022014>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.
- 5 Série de reportagens *As crianças e a tortura*, da TV Record, vence Prêmio Esso de Telejornalismo. Disponível em:



produção, segundo a própria TV Record, “aborda a difícil realidade das crianças cujos pais foram torturados ou perseguidos durante a ditadura militar”⁶.

A ditadura a que se refere o sítio mencionado é aquela instalada no Brasil em 1964 com a derrubada, através de um golpe de Estado articulado por civis e militares, do governo constitucional de João Goulart. Estendendo-se até 1985, a ditadura civil-militar brasileira não mediu esforços para combater seus inimigos – as esquerdas organizadas. Como aqueles que viriam a se instalar nos vizinhos Argentina, Uruguai e Chile nos anos 1970, o regime brasileiro se embasava na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), configurando o que Enrique Padrós (2008) chama de ditaduras latino-americanas de segurança nacional.

Para o autor, uma premissa fundamental da DSN é a rejeição da noção de que a sociedade está dividida em classes, uma vez que admiti-lo seria também admitir o conflito entre as mesmas, o que prejudicaria a unidade política, elemento caro à doutrina. Assim, os cidadãos tem que buscar sua realização na comunidade nacional, combatendo qualquer conflito entre diferentes grupos/classes (PADRÓS, 2008). Aqueles que não o faziam e buscavam evidenciar os conflitos de classe da sociedade brasileira de então eram considerados inimigos da nação, o que justificaria o uso da violência, por parte do Estado, contra seus próprios membros.

Dois elementos do contexto internacional são apontados por Mariana Joffily (2014) como importantes para a configuração do aparato repressor do regime instalado em 1964: a independência das ex-colônias europeias de África e Ásia e a Guerra Fria, uma vez que foi durante as guerras travadas nas então colônias francesas, Indochina e Argélia, que um conjunto de estratégias que entendia a peculiaridade dos conflitos passou a ser elaborada, pois passou-se a compreender que “o inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil.” (JOFFILY, 2014, p. 161). Somou-se a tais elaborações as ideias que compunham a *doutrina de segurança nacional*, elaborada pelo National War College, nos Estados Unidos, no bojo da Guerra Fria. A Escola Superior de Guerra (ESG) incorpora, como aliada dos Estados Unidos no combate à *comunização* do Brasil, esse conjunto de ideias

<<http://noticias.r7.com/serie-de-reportagens-as-criancas-e-a-tortura-da-tv-record-vence-premio-esso-d-e-telejornalismo-13112013>>. Acesso em :10 de fevereiro de 2014.

6 Idem.



e formulações teóricas. Para Carlos Fico (2001), a DSN integrava o Brasil ao contexto internacional da Guerra Fria a partir dos seguintes pontos: sua população numerosa e amplo território; posicionamento geopolítico; e a vulnerabilidade ao comunismo.

Espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos são apontados como os pilares básicos da repressão (FICO, 2004). Interessa-nos aqui pensar funcionamento da polícia política, ainda que compreenda-se que a atuação desta não estava descolada daquela da espionagem, que tinha como principal órgão o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 sob a liderança do general Golbery do Couto e Silva, que viria a ser o primeiro chefe SNI.

Assim, objetivando o desmantelamento da oposição ao regime, extenso aparato repressor é criado no âmbito da polícia política após o Golpe. Com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, no entanto, há uma ampliação da estrutura repressiva. Importante lembrar que, dentre outras medidas autoritárias, o AI-5 suspende o direito ao *habeas corpus* em casos que são considerados crimes contra a segurança nacional, pois “para os responsáveis pela repressão, de nada adiantaria prender pessoas que fossem imediatamente soltas pela Justiça ou que viessem a ser julgadas por tribunais não afinados com os princípios da doutrina de segurança nacional.” (FICO, 2001, p. 113).

Em julho de 1969 é criada, em São Paulo, a Operação Bandeirante (Oban), que reunia Exército, Marinha, Aeronáutica e polícias civil e militar sob amparo do governo do Estado, a partir do entendimento de que “a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo não vinha sendo eficaz no combate à 'subversão'” (FICO, 2007, p. 184). Joffily coloca que a Oban “consistia em conjugar energias das forças militares, das corporações policiais e dos órgãos de informações para localizar e destruir as organizações clandestinas.” (JOFFILY, 2014, p. 162).

A estrutura da Oban serviria ainda de inspiração para a criação do sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamento de Operações de Informações), sob comando do Exército (FICO, 2007). Aos DOIs caberia perseguição e interrogatório de suspeitos e, aos CODIs, a coordenação desses (JOFFILY, 2014, p. 163).

A prática de tortura em interrogatórios, utilizada desde a implementação do regime, ganha, então, no fim dos anos 1960 e início dos 1970, mais sofisticação e é, na lógica da DSN, não só justificável, mas uma política de Estado (AARÃO REIS, 2011). Para Mariana Joffily, “o interrogatório sob tortura foi uma das linhas mestras da repressão política” (2014, p. 165) e ainda aponta que o projeto Brasil: Nunca Mais levantou 310 variações de práticas de tortura utilizadas contra presos políticos e seus familiares no período. Do projeto citado resultou um livro com caráter de denúncia, lançado em 1985, considerado um “instrumento mais do que necessário no início da redemocratização” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 13) por trazer testemunhos daqueles que experienciaram, das piores maneiras, a sanha da ditadura civil-militar brasileira. Somente no livro – sistematização da extensa documentação recolhida à época por seus realizadores⁷ - é possível contabilizar, dentre aquelas que envolvem familiares, 38 denúncias de tortura envolvendo filhos/as dos/as presos/as políticos/as conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Torturas relacionadas a filhos

Código Tortura	Tipos de Tortura	Total de Denúncias
026	Ameaça estupro filhos	1
032	Ameaça prender filhos	9
037	Ameaça torturar filhos	16
062	Ameaça matar filho	2
219	Prender filhos	4
270	Tortura Filhos	6

Fonte: ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985

Para além do *Brasil: Nunca Mais*, outros livros com caráter de denúncia foram produzidos à época⁸, como *Brasil: represión y tortura*. No entanto, ainda que denúncias fossem feitas no país, tais livros foram majoritariamente produzidos no exterior a partir de relatos feitos por presos e presas políticos/as – através de manifestos, cartas,

7 Toda a documentação está agora disponível *online* em <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>> .

8 Para uma lista de livros publicados no período, ver: MAUÊS, Flamarion. Os livros de denúncia da tortura após o golpe militar. Cadernos Cedem, v. 2, p. 47-59, 2011.a



depoimentos prestados aqui ou no exílio. Por mais que fossem censurados no país, contribuíram para a publicização da situação política brasileira no exterior, chamando cada vez mais a atenção de entidades ligadas à proteção dos direitos humanos para a violação sistemática destes que ocorria então no país (MAUÉS, 2011).

Conclui-se, então, que o envolvimento de filhos/as, seja por ameaça, detenção ilegal ou até pela tortura em si, foi frequente nas sevícias levadas a cabo pelo aparato repressor.

Trabalhar com um documento audiovisual requer, conforme Marcos Napolitano, uma articulação, por parte do historiador, da linguagem técnico-estética deste com “as representações da realidade histórica ou social” (2010, p. 237) que ele traz, e, em *As crianças e a tortura*, percebe-se que a realidade histórica com que esta se preocupa, a da ditadura, é representada a partir da violência e da repressão. O uso da expressão “porões da ditadura” é recorrente ao longo da série, o que remete-nos a uma reflexão de que não só esta, mas outras expressões como “anos de chumbo” e até “ditadura militar” trabalhariam para a produção de esquecimento e de perdão (ROLLEMBERG, 2010). Esquecimento de que civis também participaram e apoiaram o regime, de que as torturas e a repressão não eram sempre aplicadas em porões. O porão, no entanto, da ideia de ser algo escondido, que permite dizer *eu não sabia*. Dizer que a ditadura era militar tira a responsabilidade da população civil sobre a mesma.

Nesse sentido, parece válida a reflexão feita por Carlos Fico (2012) de que a ditadura civil-militar brasileira pode ser pensada em conjunto com outros *eventos traumáticos* do século XX, dentre os quais a *Shoá* é o mais emblemático, mas que abarca também as ditaduras da segunda metade do século XX na América Latina. Sobre os mesmos, o autor coloca:

Não se trata de abrir mão das explicações plurais, mas de se perceber que os eventos traumáticos possuem esse caráter “interminável” justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos. Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e história: no caso da História do Tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte. (FICO, 2012, p. 48)

A História do Tempo Presente, corrente historiográfica que emerge na França em fins dos anos 1970, consolida-se como campo da história preocupado com aqueles processos não terminados, cujos desdobramentos se fazem ver em nossos dias. É a história dos *passados que não passam*, que em um primeiro momento procurou entender o regime de Vichy e o colaboracionismo francês na Segunda Guerra Mundial, acontecimentos ainda em aberto na sociedade francesa. Assim, tal corrente “singularizou-se então como gestão historiadora de usos sociais e das instrumentalizações os passados incompletamente transformados em história e da memória ainda não arrefecida” (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 353).

Ora, por preocupar-se com processos ainda não encerrados, a História do Tempo Presente liga com aqueles e aquelas que vivenciaram os eventos de que trata. São, portanto, testemunhas que elaboram memórias sobre o passado trazendo de volta à disciplina o elemento *memória*, que fora execrado no século XIX quando da constituição formal da mesma. Conforme Arfuch:

(...) es a partir del hito paradigmático de Auschwitz, la *Shoá*, que la cuestión de la memoria, como dilema y como elaboración ineludible – teórica, ética, política – de las atrocidades del siglo XX y su más allá, se ha transformado en uno de los registros prioritarios de la actualidad, sobre todo en relación con lo que ha dado en llamarse 'historia reciente' – o 'historia del tiempo presente'.(ARFUCH, 2012, p. 47)⁹

É dentro desta perspectiva teórica que *As crianças e a tortura* deve ser estudada, uma vez que reúne testemunhos, memórias, daqueles e daquelas que passaram pela repressão do regime instalado em 1964 no Brasil.

O simples *lembrar-se*, contudo, não consiste no fazer historiador, mas é visto como mais um elemento – documental – que participa na construção de narrativas, por historiadores e historiadoras, sobre o passado. A questão, alvo de críticas por parte daqueles que entendiam haver uma supervalorização da memória na História do Tempo Presente, deve ser vista conforme Dosse, Delacroix e Garcia apontam que é proposto por Paul Ricoeur, i.e., de forma dialética, entendendo que “não há fidelidade memorial

9 “É a partir do marco paradigmático de Auschwitz, a *Shoá*, que a questão da memória, como dilema e como elaboração inevitável – teórica, ética, política – das atrocidades do século XX e além, se transformou em um dos registros prioritários da atualidade, sobretudo em relação com o que tem se tem chamado de 'história recente' – ou 'história do tempo presente'.” Tradução livre.



sem verdade histórica e não há história sem referência à memória” (2012, p. 372)

Entende-se, portanto, que a produção de um série de reportagens como *As crianças e a tortura* está inserida no contexto de *demandas sociais* por que passa a sociedade brasileira na atualidade. Em diferentes âmbitos – como a Comissão Nacional da Verdade e as comissões estaduais, municipais e universitárias que nela se inspiraram; reportagens em diferentes veículos de comunicação, tanto de massa quanto de menor alcance – vê-se, cinco décadas após o Golpe, relatos, testemunhos e memórias sendo produzidos sobre o que teria se passado sob a ditadura civil-militar.

Também no campo da produção historiográfica houve, nos últimos dez anos, um maior interesse pelo período em questão, visto o aumento do número de trabalhos acadêmicos produzidos (REIS FILHO; RIDENTI; MOTTA, 2014).

Percebe-se, então, que a partir de uma vontade de conhecer e compreender o período de 1964 a 1985 no Brasil, versões sobre o passado são produzidas em diferentes meios sociais, não estando restrita a historiadores e historiadoras.

Assim, entendendo que o conceito de cultura histórica

(...) aborda un fenómeno que caracteriza desde años el papel de la memoria histórica en el espacio público: me refiero al *boom* continuo de la historia, a la gran atención que han suscitado los debates académicos fuera del círculo de expertas y expertos, y a la sorprendente sensibilidad del público en el uso de argumentos histórico para fines políticos. (RÜSEN, 1994, p. 2)

Parece pertinente inserir as diversas produções acerca do período na ditadura civil-militar brasileira neste âmbito, o que inclui a já referida série de reportagens sobre crianças e tortura.

Quanto à linguagem técnico-estética, é importante apontar que as cinco reportagens em questão, com duração de cerca de dez minutos cada, são introduzidas por uma abertura que mistura fotos em preto e branco de crianças – não é possível saber se se trata de um registro dos/as entrevistados/as na infância – e uma animação que representa diferentes métodos de tortura, bem como crianças em aparente sofrimento. Ainda, antes de serem veiculadas, eram precedidas de comentários feitos pelo apresentador e apresentadora do Jornal da Record.

Como voltadas para o grande público – o mesmo do telejornal – são feitas em



linguagem acessível, não-rebuscada, e quando termos específicos do contexto, que ao pesquisador da ditadura são familiares, são utilizados, uma animação explicativa entra em cena. É, por exemplo, o que ocorre quando a “cadeira do dragão” ou o “pau de arara” são mencionados. Relevante é colocar que a série consiste basicamente de entrevistas em que memórias são trazidas a público e da narração do jornalista Luiz Carlos Azenha. Não há, nos quase 60 minutos de gravação, consulta a historiadores, o que leva a pensar que há, por parte da produção da série, uma concepção de história embasada na memória. Chama a atenção a fala introdutória de Celso Freitas, apresentador do Jornal da Record, à primeira reportagem, pois ao apresentar o tema da tortura, coloca que “isto aconteceu no regime militar, mas só agora a história começa a ser contada”¹⁰. Ora, o simples lembrar e narrar seria, portanto, contar a história.

Válido ressaltar ainda que muitos dos entrevistados/as vem dando seus testemunhos há anos¹¹, tanto no imediato pós-acontecimento quanto para outros veículos de imprensa que, sobretudo no último ano, abordaram o tema¹². Contudo, o Jornal da Record coloca-se como um daqueles meios que passam, finalmente, a tratar do tema. Na produção de séries históricas, conforme Napolitano, “é a própria mídia que se auto-representa” para, na visão do autor, “se afirmar como agente da história recente” (2010, p. 249).

Há, é sabido, uma polêmica disputa por audiência entre as TVs Globo e Record e esta, em variados momentos, utilizou-se do apoio dado pela Rede Globo¹³ ao Golpe de 1964 para se construir enquanto emissora comprometida com os valores democráticos. Eis, talvez, um ponto importante para entender a produção de *As crianças e a tortura*. Para Jean-Pierre Rioux, foi em 1962, com a publicação de “A história imediata” por

10 AZENHA, Luiz Carlos. *As crianças e a tortura*. **Jornal da Record**. 10/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

11 É o caso de Maria Amélia de Almeida Telles e seus filhos, Janaína e Edson Telles; e de sua irmã, Criméia de Almeida.

12 Dentre os quais: HERDY, Thiago. Filhos de presos torturados carregam a dor do passado. **O Globo**. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/filhos-de-presos-torturados-carregam-dor-do-passado-7659201>> . Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

13 Sobre o apoio do Grupo Globo, ver: EDITORIAL. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.



Jean Lacouture, que jornalistas “começaram a dizer bem alto em seus livros e artigos que o jornalista não se contentaria mais em registrar o eco da atualidade” (1999, p. 122), passando, assim, a produzir também interpretações sobre o passado.

Não é o maior interesse deste artigo se ocupar das memórias dos/as entrevistados/as e sim ao que, na série, remete a produção de conhecimento sobre o passado. Destaca-se, então, a fala de Luiz Carlos Azenha, que no primeiro capítulo coloca que o objetivo da série é contar pela voz das vítimas, visto que, segundo o jornalista, os documentos contam a história oficial e muito pouco se sabe da *outra história*. Percebe-se, mais uma vez, que as concepções de memória e história se confundem, além de uma ideia de que os documentos narram a história por si. Ora, para o historiador é evidente seu papel frente às fontes documentais: interpretá-las e elaborar narrativas sobre o passado cujos conteúdos sejam empiricamente controláveis, ampliáveis e garantíveis pela experiência (RÜSEN, 2010). Azenha, contudo, não participa desta concepção, tampouco parece crer ser possível elaborar a *outra história* - seria esta uma alusão ao que os historiadores chamam de *história dos vencidos?* - a partir dos chamados documentos oficiais. Ressalta-se que em todos os episódios documentos são mostrados – fotos, fichas policiais – sem que, contudo problematizados, tendo, assim, um caráter meramente ilustrativo.

Ainda no primeiro episódio, ao entrevistar Carmen Nakasu, que foi presa com os pais e levada com eles para o DOI-CODI em São Paulo, o jornalista coloca que “não há testemunhos sobre o que aconteceu com ela enquanto estava presa”¹⁴, e a entrevistada coloca apenas lembrar-se de alguns *flashes* do que teria ocorrido. Chama a atenção que a palavra *testemunhos* tenha sido utilizada, pois parece que em tal caso, *registros* seria mais adequado. Afinal, se a intenção é saber o que passou à então menina, outros meios que não o do testemunho são pertinentes.

O segundo capítulo da série é dedicado a narrar a trajetória de Ivan Seixas a partir de suas memórias. Preso aos 16 anos junto com o pai, morto na tortura, coloca, diante da foto do cadáver de seu genitor, que “machuca ver essa foto, mas acho que é

14 AZENHA, Luiz Carlos. As crianças e a tortura. **Jornal da Record**. 10/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.



um dever meu, nosso, de mostrar essa foto”¹⁵. Há, aí, uma ideia de que não só ele enquanto filho, mas o jornalista, a reportagem e a TV tem o dever de não só mostrar a foto de um preso político morto pela tortura, mas tornar públicas outras fotos, quiçá outros documentos, e trazer ao espaço público o que ele e tantas outras famílias passaram devido à repressão de Estado daqueles anos. Vê-se uma alusão a um *dever de memória*, “que faz da memória um valor, transformado em 'religião laica', torna-se um empreendimento sistemático de reivindicação identitária de minorias”, e que, ainda, para os autores, leva à uma “suspeita em relação à pesquisa histórica” (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 370), uma vez que esta vá de encontro àquilo que é lembrado por quem vivenciou determinado acontecimento.

Destinado a abordar os casos de crianças que viram seus pais pela última vez quando estes estavam sendo presos, o quinto e último episódio traz, na fala de Ernesto Guevara José de Carvalho, um elemento caríssimo aos historiadores que trabalham com memória – o esquecimento. Ao colocar que “a minha memória às vezes fica um pouco confusa” e que “não lembro se eu vivi ou se ouvi da minha mãe”¹⁶, Ernesto está trazendo para *As crianças e a tortura* uma problemática do campo da história, que é a da confiabilidade de memória. Ricoeur (2007) coloca tal questão ao tratar do testemunho, que é a memória declarativa exteriorizada. O autor coloca que “a fenomenologia da memória confrontou-nos muito cedo com o caráter sempre problemático dessa fronteira. E a relação entre realidade e ficção não deixará de nos atormentar, até o estágio de representação historiadora do passado”. (RICOEUR, 2007, p. 172)

Diante da constatação de que é impossível acessar o passado enquanto passado, Fernando Sánchez Costa coloca que “para aproximarnos a él debemos representarlo, hacerlo presente a través de una reelaboración sintética y creativa”¹⁷ (2009, p. 277). Ora, a narrativa histórica é uma forma de reelaboração, não a única possível sobre o passado.

15 AZENHA, Luiz Carlos. As crianças e a tortura. **Jornal da Record**. 11/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

16 AZENHA, Luiz Carlos.. As crianças e a tortura. **Jornal da Record**. 14/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/serie/as-criancas-e-a-tortura/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

17 “Para nos aproximarmos dele, devemos representá-lo, fazê-lo presente através de uma reelaboração sintética e criativa”. Tradução livre.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Assim, a ideia colocada por Fico (2012) de que os fatos traumáticos do século XX são *intermináveis* porque em constante reelaboração pela memória parece pertinente e compreende-se que a produção de *As crianças e a tortura* contribui para que memórias sejam compartilhadas e tornadas públicas.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. Dictature, Amnistie et réconciliation: les années sombres au Brésil. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**. v. 103, p. 12-18, 2011. Disponível em: <http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=MATE_103_0012> Acesso em: 14 de abril de 2013.

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Apresentação. In: _____. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. 2014. p. 7-9.

ARFUCH, Leonor. Narrativas del yo y memorias traumáticas. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 45 – 60, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180304012012045/2032>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica: una aproximación diferente a la memoria colectiva. **Pasado y Memoria**. Revista de Historia Contemporánea, 8, 2009, pp. 267-286. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/sanchez_costa/cultura_historica.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2013.

DELACROIX Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**, Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, no 47, p. 30-60, 2004.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 167-205.

_____. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia Florentino (Org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 67-100.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, no 47, p. 43-59, jan/jun 2012.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Disponível em: < www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf > Acesso em: 22 de abril de 2013.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. 2014. p. 158-171.

MAUÉS, Flamarion. "Os livros de denúncia da tortura após o golpe militar. Cadernos Cedem, v. 2, p. 47-59, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 235-289.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos (et al.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 143-178.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès; TETART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Baurú: EDUSC, 1999. p. 119-126.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Memória, História e Autoritarismos. In: _____ (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-32.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 97-144.

RÜSEN, Jörn. **¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia**. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Original en: Füssmann, K., Grütter, H.T., Rösen, J. (eds.): *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*, 1994, pp. 3-26. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2013.

_____. **Razão Histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2010.